Notas de pesquisa - Perseguindo os trabalhadores dos engenhos: ofícios policiais fonte e metodologia de pesquisa. (Zona da Mata Sul de Pernambuco, 1885-1893).

MARIA EMÍLIA VASCONCELOS[*]

Quando iniciamos a nossa investigação empírica sobre os trabalhadores dos engenhos que tenham sido escravos e posteriormente se tornaram libertos, algumas questões se colocaram. A mais crucial é o silêncio das fontes sobre as experiências dos libertos depois da Abolição. Com esta constatação e com as sugestões encontradas na bibliografia mais recente sobre o tema, seguimos com o desafio da pesquisa.

Tornou-se necessário acompanhar os "caminhos" de pesquisa, ou falando de outro modo, observar e nos inspirar nos procedimentos adotados por outros historiadores. Estes podem mostrar importantes conjuntos de problemas e como eles enfrentados em suas reflexões. Por exemplo, Sidney Chalhoub, ao escrever a introdução de Visões da Liberdade apresenta a sua experiência, os caminhos e os desafios em torno de sua prática metodológica; afirma:

> *O procedimento inicial foi, digamos, ambicioso e aleatório: estava decidido a pesquisar todos os processos criminais que encontrasse nos maços ímpares do arquivo do júri. Desempenhava a minha tarefa cabalística de análise dos ímpares com disciplina espartana: descia os maços das estantes, abria-os, espanava o pó, esmagava implacavelmente as traças e baratas que encontrava pelo caminho, e fichava os processos conforme eles iam aparecendo. Como ainda não sabia bem aonde queria chegar, os dias no arquivo eram longos e sonolentos. Mas fui percebendo, aos poucos, que algumas histórias sacudiam a letargia: Genuíno, Adão Africano, Juvêncio, Bráulio… Todos negros, vários escravos.*[1]

Mais adiante ele completava o argumento, dizendo o seguinte:

[*] Unicamp, Programa de Pós Graduação em História – História Social da Cultura – Cecult, Doutoranda, bolsista Fapesp.

[1] Chalhoub, Sidney. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte.* São Paulo, Companhia das Letras. 2003. P.20.

> *Surgira, então, um norte para a pesquisa. Passei a abrir todos os maços referentes às décadas de 1870 e 1880, e decidi fichar daí em diante apenas os processos que comprovadamente envolvessem negros – fossem livres ou escravos, aparecessem eles na condição de réus, ofendidos ou testemunhas. […] O trabalho se direcionava cada vez mais, […] para a tentativa de compreensão do significado da liberdade para escravos e libertos, e era óbvio que a consecução de tal objetivo dependia da recuperação mais sistemática da experiência histórica dos negros da Corte em geral.*[2]

Saber dos procedimentos metodológicos adotados por outros pesquisadores, de seus percalços, erros e acertos é uma importante arma para evitar atropelos na pesquisa e desperdício de tempo. Isso ocorre quando concomitante à pesquisa, acompanhamos os debates acadêmicos sobre a temática ou a fonte privilegiada num determinando momento da investigação. Ao nos aproximarmos um pouco mais da discussão acadêmica especifica sobre o assunto, vamos seguindo alguns dos caminhos abertos por avaliações anteriores. Por exemplo, valer-se da constância nominal, ou, em outras palavras, ao privilegiar o nome próprio como fio condutor da investigação, nós estudiosos devemos ficar atentos, como alertou Regina Xavier sobre os riscos desse tipo de opção metodológica.[3] A autora adverte quanto às especificidades históricas do caso brasileiro e mais notadamente o de Campinas, e ressalta que:

> *Diferente de hoje, o nome próprio no século XIX, para boa parte da população (que era escrava), não era dado necessariamente ao sujeito quando de seu nascimento e registro e, tampouco, era um elemento constante e a-histórico. Tito, a exemplo de outros, fez-se conhecer durante mais de trinta anos somente pelo primeiro nome, aquele que adquiriu provavelmente como cativo no Brasil.*[4]

---

[2] Chalhoub, Sidney. Idem. P.20.

[3] Xavier, Regina Célia Lima. *Religiosidade e Escravidão no século XIX: mestre Tito.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. A autora ao utilizar o termo constância nominal refere-se às questões propostas por Bourdieu a respeito do nome próprio como uma identidade visível de seu portador, constante e durável.

[4] Idem.

Se a utilização do procedimento da ligação nominativa não render muitos frutos no trabalho de identificação de ex-escravos, tentaremos identificá-los nas fontes, notadamente em depoimentos de testemunhas, em exames de corpo de delito e nas descrições realizados pelos agentes policiais. Por outras "marcas", como pontuou Sandra Koutsoukos:

> *É importante ressaltar que o corpo de um escravo, ou de um ex-escravo, podia conter uma série de sinais que mostravam que em algum momento aquela pessoa havia sido escrava. Não obstante a própria cor (que ligava a pessoa a uma história de escravidão em algum momento de seu passado, pois, ainda que ela própria não tivesse sido escrava, ao menos um antepassado seu o fora, ou havia sido trazido para cá para servir como escravo), algumas daquelas pessoas eram verdadeiros mapas de sua própria experiência de vida. Uns tinham marcas de sua etnia africana (cicatrizes que formavam desenhos, principalmente no rosto), marcas de posse do antigo dono, marcas de castigos, de açoites, de ferros, e/ou marcas de tentativas de suicídio. Até certa altura, escravos fujões, quando capturados, entre outras coisas, podiam ser marcados a ferro em fogo com um F no ombro. Escravos que trabalhavam carregando fardos pesados, apoiados sobre a cabeça equilibrados em rodilhas de pano, ficavam com falhas de cabelo especificas e para sempre. Outros podiam possuir deformidades nas pernas, coluna, ou nos dedos das mãos, causadas por determinados tipos de trabalhos repetitivos.*[5]

Ciente de algumas limitações empíricas (ausência de alguns documentos e dificuldades para localizar, neste primeiro momento, determinados personagens de pesquisa em fontes diversas), nos aconselhamos com a nossa orientadora e decidimos por redefinir a estratégia de pesquisa. Então um critério de direção metodológica surgiu: começamos explorando a massa de ofícios policiais e procuramos observar qual préstimo tal fonte nos ofereceria. Partimos de quatro códices de ofícios policiais dos

[5] Koutsoukos, Sandra Sofia Machado. *Negros no estúdio fotógrafo: Brasil, segunda metade do século XIX*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010. P. 91.

municípios previamente escolhidos, que foram por nós digitalizados. Aos poucos limitamo-nos aos ofícios que fizessem menção a episódios transcorridos nos engenhos. Julgamos então que os engenhos com maior índice de freqüência seriam os primeiros a serem escolhidos, preliminarmente, para ser o cenário por onde se movimentaram os personagens desta pesquisa e onde se passaram os fenômenos que pretendemos estudar. Essa escolha só aparentemente é de fácil implementação, pois acontece que os engenhos eram o local onde havia ocorrido uma briga, onde morava a pessoa citada no ofício ou ainda por onde passava algum criminoso. Daí a preocupação em deixar claro em quais engenhos ocorreram de fato os eventos, que podiam ser desde uma briga ou onde um trem descarrilado atropelou e matou um carreiro. Ou ainda, quando o engenho é apenas referenciado, informando que um indivíduo lá é nascido, lá reside ou trabalha nele. Da primeira incursão pelas fontes alguns aspectos da proposta tiveram de ser adequados às limitações e às possibilidades oferecidas pelas fontes.

Com base na documentação policial criamos uma tabela onde constam algumas informações que serão tratadas em detalhe mais adiante. Atentamos para a complexidade das experiências, em grande maioria dos homens, enquanto trabalhadores da área rural. A incursão pelas fontes policiais e sua análise cuidadosa nos permitirão reconstruir fragmentos das experiências de diferentes sujeitos.

Aqui cabe-nos dizer que se trata de uma documentação composta pelos ofícios enviados dos delegados para o chefe de polícia; e depois de novembro de 1891, para o questor policial. Os livros de ofícios eram utilizados para registrar as informações que foram previamente enviadas pelos subdelegados aos delegados e posteriormente eram repassadas sumariamente pelos delegados ao chefe de polícia. Estes ofícios, de acordo com as instruções do código do processo criminal do Império, deveriam comunicar ao chefe de polícia quaisquer acontecimentos graves que ocorressem e interessassem à ordem pública, tranqüilidade e segurança dos cidadãos. As autoridades policiais também teriam de informar nestes ofícios a respeito das providências procedidas, para a resolução dos casos relatados. Grosso modo, estes ofícios registravam, de modo sintético, as diligências realizadas para averiguar um crime e as suas circunstâncias, ou

seja, indicavam que foram realizadas buscas e investigações para esclarecer os fatos e compor a formação da culpa em virtude de queixas e denúncias dadas.[6]

Estes livros de ofícios não eram escritos diariamente. Acreditamos ter sido apenas registrado neles os incidentes considerados mais importantes pelos delegados. Tais ofícios versavam basicamente sobre diligências, prisões, queixas ou internações de doentes. Estes procedimentos contêm poucos detalhes dos encaminhamentos burocráticos, os delegados por vezes escreviam suas instruções/despachos nas margens dos ofícios. Poderia ser anotado "ciente", "dê-se providência", "guarde", "encaminhe-se para a Detenção"; entre outras determinações que emitiam as decisões e as diretrizes para o trabalho policial.

O ofício da Delegacia de Ipojuca de 26 de junho de 1890 flagra o que acabamos de dizer com relação às deliberações para a execução/prosseguimento do trabalho policial. O delegado de Ipojuca informa que um menor criminoso deve ser encaminhado para a Escola de Aprendizes Marinheiros.

Oficio da Delegacia do 1º Distrito de Ipojuca, folhas sem numeração, RCP - Delegacia de Ipojuca 1883-1890 Nº 205, APEJE.

De posse destas informações o chefe de polícia, que era recrutado entre desembargadores e juízes de direito, tinha por função comunicar ao presidente da província por meio de mapas, ofícios e relatórios o estado da província e a estatística criminal. O chefe de polícia deveria também conceder passaportes, obrigar bêbados, vadios e prostitutas a assinar termos de bem viver, proceder a exames de corpo de delito, prender os culpados, julgar contravenções às posturas das câmaras municipais, inspecionar os teatros e espetáculos públicos, inspecionar as prisões da província, conceder mandados de busca e ainda tomar cuidado para que os seus delegados,

[6] Código do Processo do Império do Brasil por Araújo Filgueiras Júnior. Tomo II, Rio de Janeiro, Eduardo & Henrique Laemmert, 1874. Capítulo IV. Das atribuições dos empregados de polícia. Seção I. Das atribuições do chefe de polícia. Artigo 58. http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/16420/Codigo_Processo_Imperio_tomoII.pdf?seuence=4, acessado no dia 17 de junho de 2010.

subdelegados e subalternos cumprissem os seus deveres.[7] O questor policial tinha funções semelhantes ao antigo chefe de polícia.[8]

No estudo ora desenvolvido, foram selecionados 4 códices da Repartição Central de Polícia – RCP, do período de 1885-1893. Como os ofícios relatam acontecimentos corriqueiros, que por vezes se desdobraram em inquéritos e processos, nos darão subsídios para o desenvolvimento de nossos estudos. Acreditamos que as informações coletadas juntos aos ofícios policiais elegidos, permitem vislumbrar detalhes do cotidiano da vida dos trabalhadores de uma das mais pujantes zonas produtoras de açúcar de Pernambuco na segunda metade do século XIX.

Para entender o que encontramos na documentação é interessante saber quais os critérios de recrutamento e quais eram as funções das pessoas responsáveis por fazer tal registro. O delegado e os seus suplentes eram cargos nomeados, no império, pelo presidente da província ou pelo chefe de polícia e na primeira república pelo governador do estado. Eles eram escolhidos entre os juízes municipais, bacharéis formados ou qualquer cidadão que residissem nas cidades e vilas, que forem cabeça de termo, e possuírem as qualidades para serem eleitores. Os delegados quando não faziam parte da facção dominante da elite local, eram relacionados a ela por laços de dependência. Era função da autoridade policial citada há pouco: zelar pela manutenção da ordem pública, desempenhar funções administrativas, como ajudar na organização das eleições, além de fazer que fossem respeitadas as posturas municipais. Eles também eram responsáveis, após a lei de 1871, pela elaboração dos inquéritos policiais que serviam para instruir as decisões judiciais.[9]

Era da alçada do delegado comandar ou organizar expedições para debelar quilombos, perseguir criminosos, presos e escravos fugidos, fazer prisões, escoltar prisioneiros que mudavam de cadeia ou que transitavam para testemunhar, prestar de

[7] Idem.
[8] Maia, Clarissa Nunes. *Policiados: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915. T*ese de doutorado, UFPE, Recife, 2001. P.104.
[9] O inquérito policial documenta as investigações do crime realizadas pela polícia. Ver: Rosemberg, André. *Polícia, policiamento e o policial na província de São Paulo, no final do Império: a instituição, prática cotidiana e cultura.* Tese de doutoramento, São Paulo : FFLCH/ USP. 2008 Sobre delegados e autoridades policiais ver: Monsma, Karl. *Os delegados e os grupos "perigosos" no interior paulista, 1880-1900: representações de escravos, libertos, portugueses e italianos na correspondência policial* Trabalho apresentado nas jornadas "A polícia em perspectiva histórica: Argentina e Brasil (do século XIX até a atualidade)"Buenos Aires, 28-29 de agosto de 2008.

assistência como: informar sobre a propagação de uma epidemia na sua área de atuação, acudir pessoas com doenças mentais ou acidentadas no trabalho, por exemplo, as pessoas que eram atropeladas por trens que transportavam canas. Assim, em uma oportunidade foi solicitada a presença das autoridades de Escada para acudir a ex-escrava Maria que trabalhava na moagem do engenho Sibiró Grande e tinha sido apanhada casualmente por uma das rodas do vapor.[10]

Processamos sistematicamente dados de mais de 170 registros dos ofícios policiais pesquisados. E a partir desta incursão podemos caracterizar os ofícios policiais da maneira seguinte: em um ofício, na maioria das vezes, o delegado anotava a data da feitura do oficio e do fato transcorrido, um resumo do caso, o tipo de crime, o nome (das vítimas e/ou dos seus autores), a ocupação, a situação jurídica das pessoas envolvidas, onde havia acorrido o episódio narrado pela autoridade policial e por vezes recortes de jornais. Tal documento informa, em algumas ocasiões, a cor da pele dos sujeitos registrados. Um dos recursos utilizados pela polícia para encontrar criminosos, como apontou André Rosemberg, era a descrição pormenorizada do sujeito através de sinais particulares como: a altura, cor da pele, cor do cabelo, nome e apelido. E até alguns atributos mais específicos como cicatrizes e falta de dentes; além de traços de sua personalidade como a fala mansa ou o andar apressado.[11] Esse tipo de informação é encontrada em algumas guias de prisão e listas de detentos das cadeias anexadas aos ofícios de correspondência entre o delegado ao chefe de policia.

Em tipos documentais, como os ofícios, há a possibilidade de um tratamento serial e as informações colhidas neste documento podem ser cruzadas com outros, como os processos-crime.[12] São textos marcados por certo estilo narrativo (um repertório de

[10] Ofício da Subdelegacia de Escada 12 de outubro de 1889, folhas sem numeração, Delegacia de Polícia de Escada, nº 131 (1888-1899) - Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.
[11] André Rosemberg. Op.Cit. pg.222.
[12] Caso encontremos os processos decorrentes das ocorrências policiais localizadas teremos a chance de descobrir novas informações sobre os sujeitos citados. Identifiquei, inicialmente, uma ocorrência policial e um processo-crime sobre um trabalhador de engenho que era ex-escravo. Pretendo, através da ligação de fontes, cruzar documentos de natureza variada. Por exemplo, no episódio ocorrido no engenho Penderama em 15 de junho de 1890, quando registrado na polícia versava sumariamente sobre uma briga entre José Hanni e João Correia. Através do processo-crime aberto na seqüência ficamos sabendo que, um rapaz com o apelido de Zenandi dirigiu insultos a João Correia, conhecido por João de Amélia. Os insultos diziam respeito ao fato de João Correia ter sido ex-escravo, ou nas palavras do acusado ele era Treze de Maio. Fontes na seqüência: Ofício da Subdelegacia de Ipojuca 18 de junho de 1890, folhas sem numeração, Apeje – RCP – Delegacia de Polícia de Ipojuca, nº 205 (1883-1890). 1890 Vila de Ipojuca Comarca do Cabo - Juízo Municipal do Crime - Sumário Crime. Autora – a Justiça Pública Réo – o

palavras e estrutura textual que se repete) e são produzidos na e para a burocracia e versam sobre o cotidiano de trabalho da repartição policial.

Esta fonte tem um potencial descritivo que não podemos negar; por isso alguns casos podem ser apresentados em textos futuros adotando na escrita o gênero narrativo a fim de percebermos percursos individuais e de grupos. Depois de identificados e lidos os documentos selecionados; os dados foram inseridos num banco de dados no programa Excel.

Este programa está sendo utilizado para gerenciar os dados recolhidos nas fontes pesquisadas, dispostos em uma tabela. Tais dados estão inter-relacionados, ou seja, representam as informações de uma documentação específica de modo que organizamos as informações colhidas de modo serial. Pudemos coletar, notadamente, as seguintes informações que podem ser dispostas de modo quantitativo e qualitativo: a variedade semântica dos arranjos de trabalho, o sexo, condição jurídica, alguns nomes, engenhos de moradia e trabalho, datas dos episódios registrados e os tipos de crimes. Enfim, os processamentos dos dados obtidos com a documentação policial possibilitarão o cruzamento, como já indicamos, com outras séries documentais, como os processos judiciais e inventários que permitirão acessar e reconstituir algumas das experiências dos trabalhadores dos engenhos.

Analisando a tabela da documentação da polícia observamos que há uma variedade de terminologias referentes às ocupações e ofícios. São rendeiros, jornaleiros, moradores, lavradores, agricultores, purgadores, feitores, trabalhador da roça, trabalhador da enxada ou os termos genéricos trabalhador e empregado. Optamos por englobar todas as categorias encontradas sob a chancela de – trabalhadores de engenhos; por conta de ser o engenho o espaço de lida comum. [13] Ao adotar esta nomenclatura generalizante como um recurso para facilitar à escrita e o desenvolvimento de algumas

indivíduo conhecido por Zenandi, MJ - Fundo Comarca de Ipojuca. Andar térreo – estante 08 – face 1 – prateleira A4 – caixa 15.

[13] No Nordeste colonial, segundo Vera Ferlini, A denominação engenho, especifica daquela "máquina e fábrica incrível" de fazer açúcar, passou, com o tempo, a toda propriedade açucareira, com suas terras e lavouras. O complexo açucareiro compunha-se de dois elementos essenciais: a unidade manufatureira, o engenho; e as lavouras de cana, pertencentes ao engenho ou a lavradores de cana. Era, porem, o engenho o coração da produção, somente ele dava sentido ao mar de canaviais do litoral nordestino. P.137. Apesar de perceber as diferenças existentes entre as temporalidades, da autora e a do nosso trabalho, ainda assim é possível fazer um paralelo entre o complexo açucareiro colonial e o de fins do império.

indagações no decorrer do texto, estamos cientes que ela comprime uma variedade de expressões. Por isso esta nomenclatura só será utilizada quando fizermos referência ao conjunto destes trabalhadores, por outro lado, assim que passarmos a nos deter em casos específicos, a singularidade ocupacional será analisada atentamente. Sendo assim, não deixaremos de dar atenção a heterogeneidade presente no mundo dos trabalhadores dos engenhos, como a dos trabalhadores de diferentes status jurídicos. Este trabalho de doutoramento vem sendo orientado para pensar a história do trabalho nos engenhos e de seus trabalhadores de uma maneira mais inclusiva. Ou seja, direcionaremos nosso olhar para os homens e as mulheres livres, libertos e escravos que, por vezes, viviam situações em que estas categorias estavam emaranhadas.

O desafio de pensar e investigar o mundo do trabalho para além da dicotomia entre escravos e livres foi levado adiante pelos autores dos artigos do livro Trabalhadores na Cidade. Pretendemos praticar uma história, ou melhor, uma história dos trabalhadores como a proposta pelos organizadores da coletânea. Os quais argumentam que:

> *"Trabalhadores" são todos eles, todos, para baralhar de vez a separação rígida entre escravidão e liberdade, cativos e proletários. Movimentos analítico tenso este, é forçoso reconhecer, pois diferentes eram eles, escravos e trabalhadores ditos livres. No horizonte da escravidão a ficção que fundamentava a exploração do trabalho era a dependência pessoal, enfeixada na condição de propriedade, de cousa tida e havida, conferida ao escravizado. […] Liminar muita vez a circunstância dos sujeitos, escravos, ainda que em liberdade condicional, homens e mulheres livres, porém detidos por suspeição que fossem escravos, trabalhadores escravos e livres presos porque não se lhes apresentavam senhores ou patrões, fugitivos os primeiros, vadios os outros. Realidades imbricadas, confusas, essas da escravidão e da dita liberdade, que urge, pois, distinguir sem seccionar. (grifo meu)*[14]

Interessa-nos igualmente, seguindo as discussões do texto acima citado, entender como os indivíduos egressos do cativeiro e seus ex-senhores vivenciaram as "novas" relações de trabalho, que por vezes estavam ainda embaralhadas. Podemos encontrar

[14] Azevedo, Elciene. [et al.]. *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009, p. 12 e 13.

alguns indícios desses casos da leitura dos ofícios que os delegados e subdelegados escreveram, e que informavam sobre os trabalhadores da cana. Como estes trabalhadores, antes e depois da Abolição, eram descritos pela pena das autoridades policiais? Para avançar, precisamos de mais informações sobre a atuação da polícia nas áreas rurais. Em outro momento, ou melhor, em outro texto adentraremos nestas questões. Por ora, vamos fazer um exercício de reconhecimento da documentação pesquisada.

Se por um lado não encontramos indícios de um clima de desordem e caos, como os vividos pelos fazendeiros paulistas devido à rebeldia escrava, por outro lado, baseando-nos na documentação disponível, observamos a existência de uma tensão no mundo dos engenhos. Há um grande número de homicídios, assassinatos, ferimentos e brigas entre os homens que trabalhavam ou circulavam pelos engenhos. O grande número de homens envolvidos em querelas é explicável pelo seu emprego na lavoura açucareira, visto como tipicamente masculino. Como os homens eram majoritários, este talvez seja um dos elementos que expliquem esse cenário de brigas e confusões, expressão de masculinidade. Mas é preciso refletir quais seriam os outros elementos que ajudariam a entender este fenômeno.[15]

Outras pistas importantes para pensarmos o uso da violência e a coerção no período anterior e posterior a Abolição, que é um tema tão complexo para a historiografia brasileira, podem ser trazidos aqui para principiarmos uma análise inicial. Veja-se um exemplo: no dia 24 de novembro de 1888 ocorre um conflito entre os trabalhadores do Engenho Gaipió. A autoridade policial, o senhor Felix José da Câmara Pimentel, que até 1881 tinha sido proprietário deste engenho, foi chamado para proceder a uma diligência no local. Ele aponta em seu ofício a solução para resolver a questão em

[15] Podem dizer que a missão da polícia era a de reprimir e caso procurasse em outras fontes o quadro vislumbrado seria outro. Está observação estaria correta de todo, se o papel da polícia fosse apenas o de reprimir indistintamente. Os estudos recentes sobre a polícia e os policiais mostram outra nuance da atuação desta categoria, e aqui estamos falando, apenas, dos agentes das ruas e não dos delegados e subdelegados. Se antes, os agentes policiais eram vistos como representantes do Estado procura-se agora, enfatizar a interação entre policiais e policiados e os valores por eles compartilhados. Comentários sobre os estudos que tem como objeto os policiais e os sujeitos policiados, ver: Garzoni, Lerice de Castro. *Vagabundas e conhecidas: novos olhares sobre a polícia republicana (Rio de Janeiro, início do século XX).* Campinas, SP: [s. n.], 2007.

foco e ainda chama a atenção para a descrição da cor dos infratores. A autoridade policial diz o seguinte: *cabras e negros só o cacete pode intimidar!* E para finalizar a sua tarefa de zelar pela manutenção da ordem distribui umas palmatoadas em um trabalhador envolvido na querela.[16] Sabemos que o emprego da violência não foi exclusivo de sociedades escravistas, mas é necessário ficarmos atentos aos significados das coerções sofridas pelos sujeitos ora investigados.[17] Casos como esse nos dão indícios para refletirmos sobre o relacionamento entre a polícia e os trabalhadores dos engenhos. E também para pensarmos a Abolição como um evento que criou marcos divisórios na vida dos indivíduos ora investigados, seja pelas violências sofridas seja pelas formas de reagir a mesma.

A documentação policial é um conjunto promissor em suas possibilidades. Notadamente, quando ao anotar os nomes dos delegados e subdelegados presentes nos ofícios, nos damos conta que os donos de alguns engenhos eram também agentes policiais. Depois da Abolição, assumir estes cargos poderia funcionar, e antes funcionava dessa forma, como uma estratégia para manter poder de mando sobre os trabalhadores e transeuntes da área rural.

Os cargos de mando policial na zona da Mata Sul de Pernambuco, no século XIX, de acordo com Peter Eisenberg foram preenchidos da seguinte forma:

> *Em Escada, o delegado que servia no inicio do decênio de 1860 era o genro de Henrique Marques Lins – Antônio Marques de Holanda Cavalcante – assistido pelos subdelegados Francisco Antônio de Barros e Silva e João da Rocha Holanda Cavalcanti, o primeiro um genro de Henrique Marques Lins e o segundo, provavelmente, irmão do delegado. Estes três agentes policiais possuíam o total de nove engenhos. Na década de 1880, o delegado de policia Samuel dos Santos Pontual e três subdelegados possuíam um total de 13 engenhos de açúcar.*[18]

[16] Ofício da Subdelegacia de Ipojuca 24 de novembro de 1888, folhas sem numeração, APEJE – RCP – Delegacia de Polícia de Ipojuca, nº 205 (1883-1890).
[17] French, John. As falsas dicotomias entre escravidão e liberdade: continuidades e rupturas na formação política e social do Brasil Moderno. In: Libby, Douglas, Org.; Furtado, Júnia Ferreira, Org. *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*. São Paulo: annablume, 2006.
[18] Eisenberg, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910.* RJ: Paz e Terra, 1977, p.153. Vou iniciar a construção de uma listagem com os nomes dos delegados e subdelegados e de seus engenhos, caso os tivessem. A fim de saber se as ocorrências por eles atendidas aconteceram em suas propriedades ou na de seus parentes.

Talvez, a reação violenta dos trabalhadores dos engenhos aos seus companheiros de lida e às autoridades policiais, que em alguns casos, eram ex-proprietários de escravos e naquele momento senhores de engenho, fosse uma tentativa de não se enquadrar na posição que ocupavam antes da Abolição. Como afirmou Iacy Maia, a liberdade botou de cabeça para baixo os símbolos de obediência e de deferência pessoal. Em alguns casos, a condição de livre poderia se materializar através do desafio à autoridade do ex-senhor ou de qualquer pessoa que continuassem a tratá-los como escravos.[19]

Há ainda os inquéritos policiais que eram usados para instruir os processos crimes e proceder à formação da culpa. Encontramos estes documentos armazenados juntos aos processos judiciais e por vezes somente o maço correspondente aos inquéritos. O inquérito policial tem por finalidade, através de investigações, descobrir a autoria de um crime, as circunstancias em que ele aconteceu, saber quem foram seus autores e cúmplices além de coletar provas. Neste último ponto deve-se, caso o tipo de crime efetuado requeira, fazer-se exame de corpo de delito. O inquérito é uma peça informativa que auxiliava o promotor de justiça a formalizar uma denúncia. Como está exposto na Lei de nº 2.033, de 20 de setembro de 1871:

> *§ 1º Para a formação da culpa nos crimes communs as mesmas autoridades policiaes deverão em seus districtos proceder às diligencias necessárias para descobrimento dos factos criminosos e suas circunstancias, e transmitirão aos Promotores Públicos, com os autos de corpo de delicto e indicação das testemunhas mais idôneas, todos os esclarecimentos coligidos; e desta remessa ao mesmo tempo darão parte à autoridade competente para a formação da culpa.*[20]

O inquérito era um instrumento escrito e como os manuais de direito divulgam tem origem na palavra inquisitorial. Ou seja, o indiciado não tem direito ao

---

[19] Maia, Iacy Mata. *Os "Treze de Maio": ex-senhores, polícia e libertos na Bahia pós-abolição (1888-1889).* Dissertação de mestrado, UFBA, 2002. Ver notadamente o capítulo 1º.

[20] Lei 2033/71 – Lei nº 2.033, de 20 de setembro de 1871. Regulamento. Das atribuições criminais. Artigo 10 § 1º. http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/104055/lei-2033-71 acessado em 27 de setembro de 2010. Ver também: o artigo 42 do Decreto-lei nº 4.824, de novembro de 1871, sobre as disposições relativas ao inquérito policial. Moraes, Elster Lamoia de. Princípios do moderno inquérito policial. http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=12390 acessado em 27 de setembro de 2010.

contraditório, em outras palavras não enseja possibilidade de defesa. Não é permitido que o acusado realize sua defesa pré-processual até porque, o inquérito não incrimina ninguém e sua principal característica é o fato de ser um instrumento administrativo preliminar ao processo criminal, com a finalidade de recolher provas e apurar a contravenção penal.[21]

Para produzir achados mais completos e consistentes, os dados provenientes dos ofícios policiais precisam ser cruzados com dados de outras fontes. Pretendemos mais adiante, depois de escolhidos alguns engenhos, saber alguns dados fundamentais sobre os mesmos. Um desses dados seria o de descobrir o nome de quem são seus proprietários para o período estudado. A partir da identificação dos nomes dos Senhores e Senhoras de Engenho procuraremos seus inventários post-mortem, com a finalidade de saber o número de sua escravaria e de seus trabalhadores livres, quantas propriedades rurais possuíam, quais as remunerações dadas aos seus trabalhadores, entre outras informações. Por meio da investigação nominal das fontes que façam referência aos proprietários de engenhos, vamos tentar acompanhar a trajetória de alguns indivíduos. Essa é uma alternativa possível para tentar uma aproximação com meus personagens. Para enfim, focar nossos esforços de análise nos sujeitos e em suas relações.

A pesquisa está em andamento, mas a pretensão é investigar os significados da Abolição a partir da perspectiva dos trabalhadores dos engenhos. Também em alguns casos tentar acompanhar as suas experiências relacionadas com as dos seus companheiros livres que partilharam com escravos e libertos uma vida em comum. A reconstrução destas trajetórias e itinerários servirá como um fio condutor para refletir sobre os significados da Abolição na vida de homens e mulheres que viveram na Zona da Mata Sul da Província de Pernambuco.

[21] Idem.